

Ulysses espera Carta na primavera

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, pretende transformar a solenidade de promulgação da nova Constituição no maior acontecimento político da América Latina, para caracterizar a luta do Continente pela democracia. Além dos chefes de governo latino-americanos, ele vai convidar presidentes de vários paí-

ses da Europa, como o de Portugal, Mário Soares, e todo o corpo diplomático sediado em Brasília.

Apesar de não desejar fazer previsões públicas sobre a data da promulgação da Carta — afinal, as que fez antes não se confirmaram —, Ulysses está trabalhando com a de 21 de setembro, que marca o início da

primavera. Quer dividir a solenidade em duas etapas. A primeira será realizada três dias antes da promulgação, quando todos os Constituintes rubricarão o texto aprovado. Para essa festa, estritamente interna, os parlamentares deverão convidar os seus parentes. A previsão é a de que ela venha a ocorrer no próximo dia 17.

Já a solenidade da promulgação da Carta terá característica de um evento maior do que teria sido a festa da posse de Tancredo Neves na Presidência da República. Com essa solenidade Ulysses pretende marcar o fim da transição democrática brasileira. Cerca de três mil convidados participarão da festa, que deverá ser

realizada no 10º andar do Anexo IV da Câmara.

Na próxima semana, a Mesa da Assembleia Constituinte deverá reunir-se com as lideranças partidárias para decidir os critérios das rubricas. Ulysses Guimarães concorda com a tese de que todos os que passaram pela Constituinte devem subscrever o texto. A idéia inclui os que

a deixaram para exercer cargos de Secretário nos Estados ou de Ministro no Governo Sarney ou que dela se licenciaram para disputar as eleições municipais. Com isso, sentarão nas bancadas da Constituinte, entre outros, os Ministros Prisco Viana, Borges da Silveira, Cardoso Alves, Leopoldo Bessoni e Ralph Biasi.

Deputado pede a retirada da emenda da reeleição

BRASÍLIA — O Deputado Ulysses Guimarães pediu ontem ao Deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) a retirada da emenda que permitiria sua reeleição à Presidência da Câmara. Não pretendendo ser reconduzido, Ulysses jamais trabalhou pela aprovação da proposição. E agora, para evitar que a colocação da matéria na pauta de votação pudesse caracterizar uma pretensa disposição de continuar no cargo, resolveu interceder contra ela. Assim, a partir de 1º de fevereiro, ele deixará de ser o substituto imediato do Presidente José Sarney.

A recusa do Deputado Ulysses Guimarães em continuar presidindo a Câmara e, dessa forma, ser o Vice de Sarney, faz parte, segundo seus amigos, de sua estratégia de afastar-se do Governo. A decisão acirra a disputa pela Presidência da Câmara, já que, até ontem, por causa da indefinição de Ulysses, todos os postulantes estavam retraídos e ninguém queria disputar com ele.

Representantes do Governo no Congresso acreditam que, com a desistência de Ulysses, o Presidente Sarney terá mais liberdade para trabalhar um nome de sua preferência, uma vez que esse cargo, por ser o primeiro na hierarquia dos substitutos do Chefe do Executivo, interessa diretamente ao Palácio do Planalto. Esses mesmos parlamentares afirmam que o candidato mais forte de Sarney é o atual Ministro Prisco Viana, que teria de voltar à sua cadeira de Deputado, até o início de janeiro.

O cargo de Presidente da Câmara pertence ao PMDB. Entre os postulantes à vaga de Ulysses estão os Deputados Paes de Andrade e Bernardo Cabral.

Antônio Carlos põe em dúvida execução do novo texto

O Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, teme que, assim como o cruzado, a nova Carta venha a enganar muita gente, já que os benefícios sociais que serão concedidos — como redução da jornada de trabalho e licença paternidade — não poderão ser cumpridos. Em entrevista coletiva, ontem, na Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, Antônio Carlos criticou o resultado dos trabalhos da Constituinte e disse que a Constituição é inexecutável, porque contemplou interesses específicos.

O Ministro afirmou ainda que a bancada nordestina errou quando votou a reforma tributária capitaneada pelos Deputados José Serra (PMDB-SP) e Francisco Dornelles (PFL-RJ) e foi iludida com a proposta de fortalecimento do Banco do Nordeste. Segundo ele, essa foi uma grande manobra para favorecer grupos fortes de São Paulo, que poderão tomar dinheiro do Banco do Nordeste para investir na região.

Antônio Carlos Magalhães criticou o enfraquecimento da Sudene e a extinção do Conselho de Segurança Nacional (CSN), acrescentando que "o Conselho nunca fez mal a ninguém". Saliou que "foi um erro colocar na Constituição um item tão restritivo" como o que definiu as empresas de capital nacional.

Em tom de brincadeira, o Ministro afastou a possibilidade de vir a se candidatar à Presidência da República, dizendo que não tem base eleitoral. Um repórter insistiu:

— Ministro, se o senhor tem alguma coisa é base eleitoral.

Antônio Carlos riu e respondeu:

— Mas eu sou modesto.